

José Henrique Mouta Araújo

MANDADO DE SEGURANÇA

revista,
ampliada
e atualizada | **9^a**
Edição

2023



EDITORA
*Jus***PODIVM**

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

A658m Araújo, José Henrique Mouta
Mandado de Segurança / José Henrique Mouta Araújo. – 9. ed. rev., ampl. e atual. –
São Paulo: Juspodivm, 2023.
560 p.

Inclui Bibliografia.
ISBN: 978-85-442-4139-4.

1. Direito Administrativo. 2. Mandado de Segurança. I. Araújo, José Henrique Mouta.
II. Título.

CDD 341.3

Bibliotecária responsável:

Ana Carolina Ribeiro Mois – Crb7 – Rj 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	33
▶ CAPÍTULO 1 – NOTÍCIA HISTÓRICA – UTILIZAÇÃO DO MS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO – A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO	35
1. A evolução do MS no sistema constitucional.....	35
2. Direito líquido e certo – a evolução conceitual.....	37
▶ CAPÍTULO 2 – O MANDADO DE SEGURANÇA NA TEORIA GERAL DO PROCESSO	43
1. MS como tutela jurisdicional diferenciada com cognição restrita	43
2. A formação de procedimento especial sincrético	50
▶ CAPÍTULO 3 – POLÊMICAS EM TORNO DO CONCEITO DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO PARA FINS DE MANDADO DE SEGURANÇA.....	59
1. O direito líquido e certo é condição da ação, pressuposto processual ou o mérito do mandado de segurança?	59
2. Decadência no mandado de segurança – a decisão que a decreta e seus limites – simples declaração prejudicial e aproveitamento do prazo	65
3. A coisa julgada no mandado de segurança – o cabimento de ação rescisória – a correta interpretação da legislação e das súmulas	72
4. Rescisória e sentenças de carência de ação – o caso específico do MS e a teoria da asserção	77
▶ CAPÍTULO 4 – CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS PELO PODER JUDICIÁRIO – O PAPEL DO MANDADO DE SEGURANÇA.....	81
1. Momentos e instrumentos de controle dos atos administrativos	81
2. O controle de legalidade e mérito do ato administrativo e a existência de limites.	82
▶ CAPÍTULO 5 – JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DA INICIAL NO MS – A APLICAÇÃO DO ART. 332, DO CPC/15	93
1. Aspectos gerais e a nova feição da improcedência liminar.....	93
2. Aplicação da improcedência liminar no mandado de segurança.....	95
2.1. Os processos repetitivos e a atuação do magistrado ao receber a petição inicial. A sentença <i>initio litis</i> produz coisa julgada: os limites da cognição judicial	96

2.2.	A recorribilidade da decisão que determina a citação: o cabimento da resolução superantecipada da lide	98
2.3.	O (in)cabimento do dispositivo ao mandado de segurança: os precedentes judiciais obrigatórios	101
▶	CAPÍTULO 6 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR NO MANDADO DE SEGURANÇA	105
1.	Introdução	105
2.	Acepções da palavra liminar.....	106
3.	Breves considerações sobre cautelar e tutela antecipada (inclusive inibitória)	107
4.	A liminar no mandado de segurança: os requisitos, a obrigatoriedade e a responsabilidade do autor	111
▶	CAPÍTULO 7 – A TUTELA PROVISÓRIA LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA: DA EXPECTATIVA DE DIREITO AO DIREITO SUBJETIVO. CANDIDATO APROVADO NO LIMITE DAS VAGAS E QUESTÕES ENVOLVENDO A TEORIA DO FATO CONSUMADO	121
1.	Aspectos iniciais	121
2.	Concurso público: o limite entre a expectativa de direito e direito líquido e certo à nomeação em caso de novas vagas	122
3.	Aprovação <i>sub judice</i> . Direito à posse e nomeação ou mera expectativa?	132
4.	Ainda sobre o candidato aprovado e nomeado <i>sub judice</i> : aplicação da teoria do fato consumado?.....	134
4.1.	Colisão de grupos de direitos fundamentais – preponderância	135
4.2.	Solução para a colisão entre direitos fundamentais nos casos de aprovação <i>sub judice</i> . O atraso no julgamento do mandado de segurança como instrumento de estabilização de situação fática.....	139
5.	Concurso público e a discussão quanto a (in)existência de direito a indenização em decorrência de atraso na nomeação ou cancelamento do certame: um (breve) olhar jurisprudencial	148
▶	CAPÍTULO 8 – RESTRIÇÕES AO CABIMENTO DE LIMINAR E À EXEQUIBILIDADE IMEDIATA DA SENTENÇA NO MS.....	151
1.	Características do procedimento do MS. Exequibilidade imediata da sentença e possibilidade de concessão de medida liminar.....	151
2.	Restrições legais ao cabimento de liminar e à exequibilidade imediata da decisão que concede a segurança – conceitos indeterminados que merecem análise em cada caso concreto – a importância do resultado da ADI 4296/STF	153
3.	Outras restrições ao cabimento de liminar e da própria efetividade da sentença em MS.....	159
4.	Liminar concedida X sentença denegatória. Continuidade ou não de seus efeitos: previsão expressa no CPC/15	161
5.	Cabimento de recurso contra a liminar no MS	167

▶	CAPÍTULO 9 – O PEDIDO DE SUSPENSÃO NO MS – SUA ANÁLISE POLÍTICO-JURÍDICO-ADMINISTRATIVA	177
1.	Influência política do Executivo no procedimento do pedido de suspensão.....	177
2.	Decisões em mandado de segurança – eficácia (em regra) imediata.....	180
3.	Natureza Jurídica do pedido de suspensão e hipóteses de cabimento	181
4.	Aspectos procedimentais e competência para sua apreciação.....	194
4.a.	Decisão originária de magistrado de 1ª instância – Competência do TJ/ TRF e dos Presidentes dos Tribunais Superiores	195
4.b.	Agravo de Instrumento e efeito substitutivo: consequências em relação ao pedido de Suspensão e cabimento de Reclamação.....	195
4.c.	Decisão de Tribunal de Justiça ou Regional Federal: competência do STJ e STF	200
▶	CAPÍTULO 10 – SUSPENSÃO DE DECISÕES JUDICIAIS ENVOLVENDO FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS: UM TEMA COM VARIAÇÃO INTERPRETATIVA	205
1.	Introdução	205
2.	As ordens judiciais envolvendo fornecimento de medicamentos – direitos fundamentais em análise	206
2.1.	O perigo de efeito multiplicador – o juízo de ponderação em casos concretos.....	206
2.2.	Os direitos fundamentais e o (in)cabimento de pedido de suspensão: um tema com variação interpretativa.....	206
▶	CAPÍTULO 11 – LEGITIMIDADE E LITISCONSÓRCIO ATIVO NO MS – UM CASO DE SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NO DIREITO INDIVIDUAL.....	213
1.	Legitimidade ativa no mandado de segurança individual. Remota possibilidade de sucessão processual. MS impetrado por pessoa jurídica.....	213
2.	Hipóteses de litisconsórcio ativo no MS e sua limitação	218
3.	Substituição processual no polo ativo – mais uma hipótese excepcional no sistema processual	222
▶	CAPÍTULO 12 – PARTE, LITISCONSÓRCIO PASSIVO E ASSISTÊNCIA.....	227
1.	Considerações preliminares	227
2.	Parte e terceiro – conceitos importantes.....	228
3.	Partes no mandado de segurança e a encampação.....	231
4.	Requisitos para aplicação da teoria da encampação no MS.....	239
4.1.	Encampação e a competência absoluta: o Enunciado 628, do STJ.....	240
4.2.	Parte e terceiro: encampação em qual <i>localização processual</i> ?.....	243
5.	Mandado de segurança contra ato judicial. A posição do adversário do impetrante na demanda originária e de terceiros atingidos pela decisão que originou o MS.....	244

6.	Litisconsórcio passivo e assistência no mandado de segurança contra ato administrativo.....	248
6.1.	O beneficiado pelo ato impugnado. Sua posição do mandado de segurança	248
6.2.	Assistência e <i>amicus curiae</i> no mandado de segurança	254
▶	CAPÍTULO 13 – O SISTEMA DE CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIS....	263
1.	Aspectos preliminares	263
2.	Breve análise sobre a classificação das sentenças e de outras decisões judiciais. Modalidades de efetivação sem ação de execução autônoma.....	263
3.	O sistema de cumprimento das decisões contrárias à fazenda pública.....	266
4.	O cumprimento das decisões mandamentais proferidas no MS (provisórias e definitivas).....	269
5.	A satisfação da parcela pecuniária decorrente – período litigioso e não litigioso...	280
6.	Execução individual de decisão oriunda de MS coletivo.....	284
▶	CAPÍTULO 14 – ASPECTOS RECURSAIS	289
1.	Legitimidade/interesse recursal: o papel situacional da autoridade coatora e dos terceiros atingidos pela decisão judicial.....	289
2.	Medidas judiciais cabíveis em face das tutelas provisórias em mandado de segurança processados em 1º grau – contagem dos prazos (art. 219, do CPC/15) ...	292
3.	Impugnações em face da sentença: apelação, pedido de concessão de efeito suspensivo, pedido de suspensão de segurança e o cabimento de reexame necessário.....	295
4.	Recursos contra decisões proferidas em mandado de segurança de competência originária dos tribunais – sustentação oral no julgamento (Lei 13.676/18) – exaurimento ou não da instância ordinária.....	299
5.	Honorários recursais e ampliação de julgamento no âmbito do Mandado de Segurança	304
▶	CAPÍTULO 15 – MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA PENAL: ALGUMAS VARIÁVEIS.....	309
1.	Definição do tema	309
2.	Natureza jurídica do mandado de segurança e cabimento no processo penal	309
3.	Consequências processuais decorrentes da admissão do MS em matéria penal....	314
3.1.	Competência – Câmara/Vara Civil ou Criminal?.....	314
3.2.	Formação de litisconsórcio necessário.....	315
3.3.	Contagem dos prazos e cabimento de ação rescisória	317
▶	CAPÍTULO 16 – A COMPETÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA: QUESTÕES CONTROVERTIDAS	321
1.	Definição do tema	321

2.	Ato de dirigente de entidade de Ensino Superior	322
3.	Atos do Conselho Federal da OAB.....	325
4.	Decisões dos juizados especiais e respectivas turmas recursais.....	327
5.	Ato praticado por juiz, desembargador de tribunal Estadual, Federal, Procurador de justiça estadual e dos CNJ e CNMP. Interpretação do art. 102, I, d, n e r, da CF/88.....	329
▶	CAPÍTULO 17 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO OMISSIVO: ASPECTOS LIGADOS À APROVAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO	335
1.	A falta do ato e a possível violação de direitos.....	335
2.	O controle da omissão administrativa: limite entre a segurança preventiva e a por omissão.....	336
3.	A fluência do prazo de 120 dias para impetração do <i>mandamus</i> : variação interpretativa.....	337
4.	Caso específico do candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas: segurança por omissão ou preventiva?	341
▶	CAPÍTULO 18 – POLÊMICAS SOBRE O MS COLETIVO E A LEI 12.016/09	349
1.	Introdução	349
2.	Interesses discutidos: o problema dos difusos e o limite entre o MSC e a ação popular	350
3.	A legitimação ativa	353
4.	O direito de renunciar a tutela coletiva e a coisa julgada no MSC. (In) constitucionalidade do art. 22 da Lei 12.016/09	357
▶	CAPÍTULO 19 – A DESISTÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E A BOA-FÉ PROCESSUAL.....	361
1.	Colocação do problema.....	361
2.	A desistência como fenômeno processual: seus momentos, a prevenção e a regulação da boa-fé.....	361
3.	Desistência recursal regular e do recurso repetitivo.....	365
4.	A desistência no mandado de segurança: seus momentos e a análise da interpretação jurisprudencial	367
▶	CAPÍTULO 20 – MULTA E MEDIDAS ATÍPICAS: LIMITAÇÃO E CABIMENTO NO MS.....	373
1.	Introdução	373
2.	A multa por desobediência de ordem judicial no MS – limitação e exequibilidade ..	374
3.	Outras medidas atípicas – cabimento no mandado de segurança	378
4.	A pena pecuniária e outras medidas atípicas por descumprimento de ordem judicial no mandado de segurança: a quem devem ser dirigidas?	382

▶	CAPÍTULO 21 – A DECADÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E SUAS VARIÁVEIS.....	391
1.	Introdução	391
2.	A decadência no mandado de segurança: análise à luz do direito material.....	392
3.	A decadência no mandado de segurança preventivo, por omissão e nas parcelas de trato sucessivo	394
▶	CAPÍTULO 22 – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS: DO MANDADO DE SEGURANÇA AO VALOR DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL	401
1.	Introdução	401
2.	O mandado de segurança no sistema dos juizados especiais.....	402
3.	O uso do MS contra decisão judicial no sistema dos juizados.....	405
4.	A multa nos juizados especiais: incompetência e variação de entendimento.....	411
▶	CAPÍTULO 23 – MANDADO DE SEGURANÇA EM DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL: COMPETÊNCIA E CABIMENTO	415
1.	Introdução	415
2.	O mandado de segurança contra ato administrativo na Justiça Eleitoral	416
3.	Mandado de segurança contra ato judicial eleitoral: cabimento e competência e aplicação do novo CPC	419
▶	CAPÍTULO 24 – MANDADO DE SEGURANÇA NA JUSTIÇA DO TRABALHO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	427
1.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial trabalhista. A irrecorribilidade das interlocutórias e os recursos sem efeito suspensivo	427
▶	CAPÍTULO 25 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA ATO JUDICIAL E O CPC/15	435
1.	Introdução	435
2.	Mandado de segurança contra pronunciamento judicial em geral – decisões irrecorríveis ou sujeitas a apelos sem efeito suspensivo – legitimidade e prazo.....	436
3.	Mandado de segurança contra decisão judicial no CPC/15 – o entendimento do tema 988/STJ.....	441
▶	CAPÍTULO 26 – A REMESSA NECESSÁRIA NO MANDADO DE SEGURANÇA E AS MODIFICAÇÕES ADVINDAS DO CPC/15.....	447
1.	Introdução	447
2.	Remessa necessária no CPC/15: natureza jurídica e efeitos.....	448
3.	Restrições à remessa necessária e aplicação ao mandado de segurança.....	451
4.	Recurso parcial e a remessa necessária em mandado de segurança: aplicação do art. 942 (complementação de julgamento)	456

▶	CAPÍTULO 27 – O RECURSO DE APELAÇÃO NO CPC/15 E SUA APLICABILIDADE NO MANDADO DE SEGURANÇA.....	461
1.	Considerações introdutórias	461
2.	Efeito suspensivo (<i>legal e judicial</i>) da apelação no MS e a tutela provisória na sentença: o incidente de efeito suspensivo diretamente no tribunal e a aplicação no mandado de segurança (art. 1.059, do CPC/15 c.c. art. 14, § 3º, da Lei 12.016/09)	462
3.	Poderes do relator e a primazia do mérito recursal	469
4.	Julgamento do mérito pelo tribunal e a teoria da causa madura: art. 1.013, do CPC/15 e seu cabimento no MS.....	470
▶	CAPÍTULO 28 – PRIMAZIA DE MÉRITO E REFLEXOS NO MS.....	481
1.	Necessário diálogo conceitual – primazia de mérito e diminuição do excesso de formalismo	481
2.	Decadência e denegação da segurança – possibilidades processuais – análise da hipótese prevista no art. 488, do CPC.....	483
▶	CAPÍTULO 29 – PRESUNÇÕES DIFERENCIADAS E EFEITOS MATERIAIS DA REVELIA NA AÇÃO RESCISÓRIA, MANDADO DE SEGURANÇA E DESAPROPRIAÇÃO	489
1.	Introdução	489
2.	Revelia e os efeitos materiais e processuais – mitigação da presunção de veracidade dos fatos e o CPC/15.....	490
3.	Inexistência dos efeitos materiais na ação rescisória, mandado de segurança e desapropriação: preponderância de presunções diferenciadas	493
▶	CAPÍTULO 30 – RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA: VARIÁVEIS E CUIDADOS NECESSÁRIOS	499
▶	CAPÍTULO 31 – MANDADO DE SEGURANÇA CONTRA DECISÃO JUDICIAL NO SISTEMA DE PRECEDENTES E EM <i>HABEAS CORPUS</i>	505
▶	CAPÍTULO 32 – A COMPETÊNCIA DO STJ E STF PARA A APRECIÇÃO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO: ALGUMAS PONDERAÇÕES.....	511
▶	CAPÍTULO 33 – MANDADO DE SEGURANÇA E RECLAMAÇÃO VISANDO A CORRETA APLICAÇÃO DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS: VARIAÇÕES SOBRE O TEMA.....	517
▶	CAPÍTULO 34 – A COMPETÊNCIA DO STF PARA AS AÇÕES JUDICIAIS CONTRA ATOS DO CNJ E CNMP: A IMPORTÂNCIA DO TEMA FIXADO NA RCL 33.459, ADI 4.412 E PET 4.770.....	523

▶ CAPITULO 35 – ANEXOS	529
1. Enunciados de Súmula da Jurisprudência Dominante do STF sobre mandado de segurança	529
2. Lei que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo – nº 12.016, de 07.08.09, publicada em 10.08.09.....	530
3. Mensagem de veto nº 642, de 07.08.09, publicada em 10.08.09	535
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	537